

DESAFIOS NA ATENÇÃO PSICOLÓGICA A SURDOS UTILIZADORES DA LSB EM SALVADOR – BA

CHALLENGES IN PSYCHOLOGICAL ATTENTION TO DEAF USERS OF LSB IN SALVADOR - BA

*Álon Mauricio da Silva Silva**, *Maria Beatriz Barreto do Carmo***

Autor para correspondência: Álon Mauricio da Silva Silva - alon.mauricio@ufba.br

*Psicólogo. Tradutor/Intérprete de Linguagem de Sinais na Universidade Federal da Bahia e na Universidade Salvador (UNIFACS)

**Psicóloga. Professora adjunta, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia (IHAC/UFBA)

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo conhecer os desafios relacionados à atenção psicológica a surdos que utilizam a LSB como meio de comunicação. Para a coleta dos dados, foram acessados psicólogos e pessoas surdas utilizadoras da LSB por meio de dois roteiros de entrevista semiestruturados, um em Português e outro em LSB, utilizando como metodologia a análise de conteúdo. Observou-se que a busca por atenção psicológica pela comunidade surda encontra barreiras, tanto relativas a sua autonomia na sociedade quanto relacionadas à comunicação com este profissional. Discute-se ainda acerca da participação do Intérprete de LSB no contexto da atenção psicológica e suas possíveis implicações éticas, o aprendizado da Língua de Sinais Brasileira na formação do Psicólogo e o engajamento de Psicólogos e surdos na elaboração de políticas públicas sobre o tema. Conclui-se que o desconhecimento sobre a Língua de Sinais ainda é um desafio ao atendimento a surdos, contribuindo para o sofrimento psíquico, além de ser notável pouca participação e envolvimento de surdos e psicólogos em movimentos sociais que discutam políticas públicas que abarquem a atenção psicológica para surdos.

Palavras-chave: Acessibilidade aos serviços de saúde, atuação (psicologia), surdez.

ABSTRACT

This study aimed to meet the challenges related to psychological attention to deaf people who use the LIBRAS as a means of communication. To collect the data were accessed psychologists and deaf users of LSB through two semi structured interview scripts, one in Portuguese and another in LSB, using as methodology content analysis. It was observed that the search for psychological care for the deaf community find barriers, both for their autonomy in society as related to communication with this professional. It is also discussed about the participation of LSB interpreter in the context of psychological attention and possible ethical implications, the learning of Brazilian Sign Language in the formation of the psychologist and the engagement of psychologists and deaf in the elaboration of public policies on the subject. It is concluded that the lack of sign language is still a challenge to service for the deaf, contributing to psychological distress, and is notable lack of participation and involvement of deaf and psychologists in social movements to discuss public policies that cover psychological care for the deaf.

Key-words: Accessibility to health services, practice (psychology), deafness.

INTRODUÇÃO

De acordo com dados do Censo demográfico do IBGE, existem 3.466.056 pessoas totalmente surdas no Brasil¹, um número expressivo de indivíduos que, possivelmente, apresentam demandas que convocam o Psicólogo a direcionar a sua prática para esta necessidade. Mas, em se tratando de uma comunidade reconhecidamente ainda não incluída, com peculiaridades na comunicação e uma lacuna relacionada às políticas públicas, que desafios são apresentados a ela, bem como aos psicólogos, no contexto da atenção psicológica?

Do ponto de vista do senso comum, a surdez relaciona-se à ausência de linguagem (leia-se linguagem oral), o que pode reiterar a crença numa pretensa ‘ausência de subjetividade’, podendo esta ser uma hipótese para o baixo investimento da psicologia (assim como da sociedade em geral). Os termos “língua” e “linguagem” não são sinônimos, posto que a língua é um produto social da linguagem, que em conjunto com outros aspectos sociais, possibilita o exercício dessa faculdade nos indivíduos². Já a linguagem refere-se a tudo que envolva significação, onde a constituição do pensamento do sujeito é realizada, e portanto não se limita apenas a uma forma de comunicação, ou seja, à comunicação oral³. Partindo da noção de experiência, entendida como uma forma de subjetivação⁴, a surdez produziria, por sua vez, subjetividades alicerçadas em especificidades decorrente da ausência de comunicação oral. Tal questão, nos remete a importância da discussão sobre modos de subjetivação, no contexto da formação do psicólogo, e suas especificidades na pessoa surda.

A Língua de Sinais constitui-se como o principal meio de comunicação entre pessoas surdas, bem como entre surdos e ouvintes. No Brasil, a LSB (Língua de Sinais Brasileira) é reconhecida como meio legal de comunicação da comunidade surda do país através da Lei 10.436/2002, regulamentada pelo Decreto 5.626/2005(4). Mais recentemente a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei 13.146/2015⁵ reforça e garante outros direitos relacionados à acessibilidade linguística às pessoas surdas. Partindo deste reconhecimento, o profissional de saúde é por consequência convocado

a oferecer um atendimento eficaz a essa população, considerando-se, para isto, a necessidade do domínio da língua de sinais.

A comunicação é um aspecto importante em diversos âmbitos profissionais, mas no caso de profissionais Psicólogos, oferecer informações, “escutar” e se comunicar são práticas imprescindíveis para a atenção psicológica, portanto compreender a cultura e meios de comunicação de surdos que utilizam LSB é um fator necessário para o desenvolvimento da relação Psicólogo – usuário/paciente. Uma alternativa para o atendimento de surdos na atenção psicológica é a utilização de Intérprete de LSB, profissional apto para atuar em diversos espaços e situações que exijam dele a técnica de tradução e interpretação, e que possui um código de ética que norteia sua atividade profissional. No entanto, a participação do intérprete no contexto da atenção psicológica implica na inclusão de uma terceira pessoa na relação, podendo afetar o processo no atendimento, visto que modifica o binômio terapeuta-paciente, estruturante para a clínica psicológica. Portanto, nos parece necessária uma reflexão sobre o desenvolvimento de modelos alternativos de comunicação no contexto da atenção psicológica, como o aprendizado da LSB, e engajamento para o desenvolvimento de políticas públicas que abarquem as demandas da comunidade surda. Nesse sentido, embora não seja objeto da presente pesquisa em específico a discussão sobre o intérprete no contexto da psicoterapia para surdos, compreende-se a profundidade e importância desta questão no contexto amplo da atenção psicológica, visto que a presença do intérprete coloca em xeque o próprio modelo terapêutico, abrindo assim uma discussão tanto pertinente quanto necessária sobre novos modelos para a clínica psicológica, para além do binômio terapeuta-paciente.

Posto este panorama e diante da complexidade que envolve a relação entre a pessoa surda e o Psicólogo, esta pesquisa objetivou identificar os desafios da atenção psicológica à surdos que utilizam a LSB, compreendendo a importância das políticas públicas voltadas à esta comunidade.

MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, que tem como característica central o aprofundamento de um determinado tema⁶. A pesquisa qualitativa reconhece que o pesquisador influencia e modela o processo de pesquisa, tanto como pessoa (reflexividade pessoal) e como teórico/pensador (reflexividade epistemológica). A reflexividade na pesquisa contribui para possíveis compreensões dos fenômenos e dos sujeitos investigados⁷. Portanto, para o acesso às variáveis em questão, como crenças, valores, opiniões e reflexões dos sujeitos, consideradas centrais no presente estudo, optou-se pela abordagem qualitativa para a produção dos dados. Outro aspecto metodológico considerado na pesquisa é a representatividade, pois a pesquisa qualitativa tende a trabalhar com um número relativamente pequeno, não tendo como objetivo generalizar. Foram entrevistadas quatro pessoas, com idades entre vinte e trinta anos, residentes em Salvador - BA, sendo dois surdos utilizadores da LSB (S1 e S2) e dois Profissionais Psicólogos ouvintes (P1 e P2). As entrevistas foram conduzidas tendo como base dois roteiros semiestruturados que contemplaram: comunicação entre surdos e ouvintes, experiência na atenção psicológica a surdos, compreensão entre surdos e Psicólogos, articulação para elaboração de políticas públicas.

As entrevistas foram registradas em áudio, no caso dos ouvintes, e em vídeo, no caso dos surdos utilizadores da LSB, com o consentimento dos entrevistados por meio da anuência ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE 1). Este estudo fez parte de uma pesquisa maior intitulada Atuação dos Profissionais de Saúde e dos Movimentos Sociais nos Conselhos e nas Políticas Públicas, e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública / Fundação Bahiana para o Desenvolvimento das Ciências, sob o número do Parecer: 733.260.

As entrevistas foram analisadas a partir do método de Análise de Conteúdo⁷, conforme as seguintes etapas: organização dos dados coletados (transcrição de áudio, tradução, interpretação e transcrição das entrevistas em LSB – Português, releitura das entrevistas, organização dos relatos),

classificação dos dados coletados e análise final. Para a análise de dados, foram definidas categorias a partir do referencial teórico, bem como da exploração das entrevistas. Foram criadas seis categorias: 1. Aquisição da Língua de Sinais Brasileira pelos surdos, 2. Aprendizagem e uso da LSB pelo Psicólogo, 3. Acesso do surdo à Atenção Psicológica, 4. Utilização do Intérprete de LSB no contexto da Atenção Psicológica, 5. Sofrimento psíquico e subjetividade da pessoa surda e 6. Participação em Movimento Social e políticas públicas.

RESULTADOS

Nas entrevistas com os sujeitos surdos que utilizam a LSB e psicólogos ouvintes, pôde-se corroborar a existência de inúmeros desafios e barreiras ao processo de atendimento à pessoa surda no âmbito da atenção psicológica, mediadas por variáveis como a idade em que os surdos foram introduzidos ao aprendizado da LSB, o aprendizado da LSB pelo profissional psicólogo e os entraves na formação, o intérprete e os desdobramentos de sua presença e os impactos na subjetividade da pessoa surda, como explicitados detalhadamente a partir das categorias de análise que seguem.

A categoria Aquisição da Língua de Sinais Brasileira pelos surdos refere-se à forma e o contexto em que os sujeitos surdos aprenderam a LSB, faixa etária em que tiveram contato com o idioma e possíveis dificuldades no que diz respeito a comunicação, interação e compreensão do idioma, viabilizando ou não o entendimento entre surdos e ouvintes.

Para ambos os entrevistados surdos, identifica-se a idade média de 8 anos para o início da aprendizagem da LSB, sendo que os entrevistados relatam que no seu processo de aquisição da LSB o contato com a comunidade surda foram fundamentais para seu aprendizado:

S1 - “Eu comecei a aprender LSB quando tinha 5 anos de idade, aprendi através da convivência com a Comunidade Surda [...]”

S2 - “[...] quando eu estava no 5º ano, dois amigos surdos

começaram a me ensinar vários sinais em LSB, então considero que meu aprendizado começou mesmo com 11 anos de idade [...]"

Assim como ficam evidentes as dificuldades de comunicação:

S1 - "A comunicação com minha família é difícil, sabem pouco, minha mãe não compreende direito, às vezes esquece os sinais, eu tenho que oralizar [fazer uso de linguagem verbal] é complicado se comunicar assim [...]"

S2 - "[...] com os outros Ouvintes em geral a comunicação é ruim, é melhor escrever pra se comunicar."

A categoria Aprendizagem e uso da LSB pelo Psicólogo, considerou o contato que o Psicólogo teve com a LSB no seu processo formativo, o uso desse idioma para acolher os surdos, bem como o ponto de vista do surdo sobre essa necessidade.

A sua análise identificou a ausência de contato do Psicólogo com a LSB durante sua formação:

P1 - "[...] não tive contato com a LSB na Faculdade, não tivemos essa disciplina e senti muita falta disso na graduação."

P2 - "Não cursei LSB".

Destaca-se, ainda, as expressões dos surdos acerca desta necessidade:

S2 - "[...] sei que ao procurar Psicólogos muitos não sabem LSB". "[...] quero e acho necessário que o Psicólogo aprenda LSB, que tenha uma experiência, que conheça a Identidade Surda".

S1 - "O melhor é que o Psicólogo saiba LSB pra me atender". "[...] sempre que pergunto respondem que não sabem, ou sabem um pouquinho". "[...] ele precisa aprender LSB e se tornar um Profissional que possa atender não somente os ouvintes mas também os surdos".

A categoria Acesso do surdo à Atenção Psicológica, refere-se às experiências vivenciadas tanto pelo surdo quanto pelos psicólogos, ao acessar a rede de atenção psicológica e em atenderem à demanda, respectivamente.

Nota-se, a partir dos relatos, entraves que constituem o atendimento ao surdo na atenção psicológica, destacando que estes são conduzidos ao atendimento e que a procura autônoma por

atendimento psicológico é considerada difícil:

S1 - "Fui porque precisam avaliar e fazer perguntas sobre como era meu aprendizado e desenvolvimento".

S1 - "Eu, de iniciativa própria nunca procurei Psicólogo, só quando a escola encaminhou que eu fui".

S2 - "[...] a Psicóloga foi a da escola, e ela sabia LSB mas fora isso, em outro lugar, nunca tive oportunidade de ir".

S2 - "[...] é muito difícil, eu, de forma independente, não consigo acessar o Psicólogo".

Foi possível identificar também o esforço e adaptações empreendidas pelo Psicólogo para o atendimento da demanda:

P1 - "[...] no caso dessa paciente específica (surda) que eu atendo até hoje...não sabia nada de LSB né? Aí eu fui aprender algumas coisas com ela, por conta dela."

Além disso, ambos os Psicólogos entrevistados consideram possível o atendimento à surdos e reconhecem o aprendizado da LSB como fator fundamental:

P1 - "Para mim o aparelho psíquico não muda [...], a dificuldade é na comunicação. "[...] o Psicólogo precisa entender isso, que pode atender um surdo da mesma forma que atende outros sujeitos, a diferença está na comunicação, no uso da LSB."

P2 - "Preciso compreender LSB, aprender LSB. Fora isso eu penso que o resto a gente pode atender do mesmo jeito."

A categoria Utilização do Intérprete de LSB no contexto da Atenção Psicológica, destaca as possíveis implicações referente à dinâmica do atendimento psicológico na presença de um terceiro e o papel do Intérprete de LSB como mediador, considerando sua influência no processo da Atenção Psicológica para o surdo.

No que se refere à presença de um terceiro na relação Psicólogo – Paciente, os sujeitos surdos trazem aspectos como: insegurança, incômodo e desconfiança na presença de uma terceira pessoa no atendimento psicológico, mesmo que esta seja o canal intermediador na comunicação entre surdo e Psicólogo. Pode-se notar nas considerações:

S1 - "Se for ao Psicólogo então tem que ter um Intérprete de LSB, muitas vezes esse Intérprete não é bom".

S1 – “[...] também o fato de se expor na frente desse Intérprete não é bom.”

S1 – “[...] se um surdo precisa ir numa consulta, vai ter que ser sempre com um Intérprete?”

S2 – “Se o surdo vai ao Psicólogo então tem que ter um Intérprete porque o Psicólogo não sabe LSB”.

S2 – “[...] fico preocupada com o fato da curiosidade do Intérprete sobre minha vida, meus assuntos particulares, depois pode sair falando por aí, eu não quero isso.”

Destaca-se ainda o posicionamento de uma das Psicólogas e sua aceitação em trabalhar junto a um intérprete de LSB, porém condicionada pela anuência do paciente:

P1 – “[...] certa vez, por conta de uma situação que precisávamos tratar, o pai da surda cogitou trazer um Intérprete de LSB...eu não me opus, perguntei a minha paciente como ela se sentiria com isso, o que ela desejava e ela expressou que não queria, então segui o pedido dela e não trouxemos o Intérprete”.

A categoria Sofrimento psíquico e subjetividade da pessoa surda, considera a subjetividade que o sujeito surdo possui e os relatos que apontam para o sofrimento psíquico.

A subjetividade da pessoa surda aparece fortemente nas falas dos entrevistados:

S1 – “[...] tirar de dentro aquilo que é problema pra ele, apagar aquilo que aflige ele e se sentir melhor”.

S2 – “[...] pra que possa compreender melhor os sentimentos do surdo...preciso do Psicólogo pra contar meus problemas, angústias, sei que nesse Profissional vou encontrar ajuda pra minha vida e ficar bem, tenho muita vontade”.

Os relatos também evidenciam o sofrimento psíquico da pessoa surda, percebido tanto por quem sofre, o surdo, como também pelo profissional Psicólogo:

S1 – “[...] se não aprendem (LSB) então não tem como se comunicar de forma eficaz e em consequência disso quem sofre é o surdo”. “[...] sinto que preciso sim de Psicólogo, porque tenho necessidade”. “O surdo tem sentimentos.”
“Muitos surdos têm depressão, problemas familiares... precisam conversar com alguém, desabafar e o Profissional indicado é o Psicólogo”.

P2 – “Pensando bem, agora que eu relembrei os casos e minha fala, realmente é triste a situação dos surdos, a falta de profissionais que atendam a eles [...] é uma questão realmente importante e que precisamos cuidar.” “[...] a dor de não poder se comunicar”.

A categoria Participação em movimento social e políticas públicas, refere-se ao envolvimento dos sujeitos entrevistados em movimentos sociais que discutam políticas públicas concernentes a atenção psicológica para surdos e alternativas de atendimento.

Embora identifique-se o reconhecimento da importância da participação nas discussões para elaboração de políticas públicas e adesão a movimentos sociais, nota-se também a falta de engajamento dos sujeitos envolvidos nesses processos, surdos e psicólogos, com relação à atenção psicológica e na discussão das políticas públicas sobre o tema:

S1 – “[...] é necessária a organização da comunidade surda pra discutir as políticas, pois a questão da atenção psicológica é muito importante”.

S1 – “[...] nunca vi nenhum (movimento social) voltado às políticas públicas relacionadas a atenção psicológica”.

S2 – “Não faço parte de movimentos que discutam isso mas sei que é necessário [...] é um direito do surdo”.

P1 – “Não, o único trabalho que fiz assim com a comunidade surda...com grupos de pessoas, algumas mais idosas, os próprios familiares dos pacientes surdos, fazíamos grupos de orientação [...]”

P2 – “Não. Só na época da minha paciente fui ler mais um pouco sobre os surdos, surdez, etc.”

DISCUSSÃO

Pode-se observar que na nossa sociedade há uma escassez de mecanismos e equipamentos sociais que abarquem as necessidades de pessoas com deficiência em geral, a exemplo da deficiência auditiva⁸. Ainda que as concepções sobre o sujeito surdo tenham se modificado ao longo do tempo, pode-se perceber pelos resultados dessa pesquisa reflexos de uma educação ainda arraigada à cultura da língua falada como norma.

Considerando a comunicação dos surdos através da LSB, observa-se a relevância do contato da pessoa surda com a comunidade falante da LSB no processo de aquisição da língua, ampliando assim suas

possibilidades de desenvolvimento e autonomia. Portanto, percebe-se que a imposição e hegemonia da cultura ouvinte, como modelo na sociedade, se apresenta como um possível aspecto inibidor do potencial do sujeito surdo⁹. Desse modo, sendo o sujeito surdo alguém que possui uma diferente forma de comunicação, fazendo parte de uma sociedade com mecanismos de exclusão pronunciados, nota-se a presença de sofrimento psíquico nesta comunidade.

No caso dos surdos, o sofrimento, condição sempre presente na vida humana, encontra sérias barreiras à sua expressão, pela dificuldade de comunicação na sua língua¹⁰, destacando ainda mais a necessidade da atuação dos Psicólogos frente às demandas muitas vezes ignoradas, não vistas e não escutadas.

A partir dos resultados, percebe-se a falta de autonomia no sujeito surdo na busca por atenção psicológica, o que direciona a discussão para a constituição do sujeito surdo e sua relação de pertencimento com a comunidade em que está inserido, bem como a atuação dos Psicólogos diante dos desafios apresentados, seja pela falta de conhecimento cultural, da língua ou pela perpetuação de representações sociais distorcidas referentes ao sujeito surdo¹¹. Faz-se necessário destacar a importância da língua, nesse caso a Língua de Sinais, para a constituição do surdo no espaço que transita e se relaciona, já que a sua aquisição, uso e reconhecimento de uma estão intimamente relacionados ao desenvolvimento emocional e social dos sujeitos⁹.

Diante de um contexto desafiador para o Psicólogo e considerando as demandas psicológicas dos sujeitos surdos que utilizam a LSB, o Intérprete de LSB é convocado a este cenário, servindo como mediador na comunicação. A mediação é um processo de intervenção, sendo assim, a inclusão de um Intérprete de LSB num atendimento psicológico faz com que a relação deixe de ser direta e passe a ser mediada por esse terceiro elemento. Deste modo, o psicólogo depara-se com implicações éticas, passíveis de comprometer ou interferir no atendimento da real demanda do surdo¹³.

Portanto, partindo dos possíveis entraves e comprometimentos decorrentes da participação de um Intérprete de LSB na intermediação da atenção psicológica, faz-se necessário que o próprio

Psicólogo possa se comunicar em LSB de forma direta com o usuário/paciente. Para que isso seja possível, é fundamental a inclusão do aprendizado da LSB na formação deste profissional, tal formação precisa ir além do idioma LSB, faz-se necessário repensar as práticas e modelos de atendimento às pessoas surdas, bem como o currículo dos cursos de Psicologia, articulando com políticas públicas que abarquem as demandas e necessidades de uma população ainda marginalizada e sem acessibilidade linguística, justificada, em última instância, pelo princípio da Universalidade do Sistema Único de Saúde e, sobretudo, pelo reconhecimento da LSB como segundo idioma oficial no país. Desse modo, o Psicólogo estaria qualificado a utilizar de forma plena a LSB como instrumento mediador, ampliando as possibilidades de comunicação e interação¹².

Visto que este aprendizado não é contemplado, estando deste modo em desacordo com o reconhecimento da LSB como segundo idioma oficial do Brasil⁵, cabe uma necessária reflexão acerca das diretrizes formativas em psicologia relativas ao diálogo com a comunidade surda, e de como o Psicólogo pode articular seus saberes teóricos respeitando a diversidade da cultura surda, seu idioma e atendendo suas demandas psicológicas.

Apesar das conquistas e reconhecimento de direitos das pessoas com deficiência e das medidas de inclusão social dos surdos, provenientes das manifestações de movimentos sociais e atendidas pelo poder público, é notável a ausência de informação, pesquisas, documentos acerca de temas relacionados à atenção psicológica na área da surdez. Isto pôde ser observado nas I e II Conferências Nacionais sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, realizadas respectivamente em 2006 e em 2008, nas quais não foram discutidos nem deliberados temas relacionados à atenção psicológica à pessoa surda⁹.

A reprodução de preconceitos sobre a pessoa surda, a ausência de engajamento da sociedade em geral - e dos surdos e psicólogos em particular -, aliada a falta de incentivo a qualificação deste profissional, possivelmente influenciam negativamente e se colocam como aspectos de resistência à ampliação das possibilidades na atenção psicológica a essa população¹³.

CONCLUSÃO

Diante das revisões realizadas sobre o tema, verifica-se a escassez de trabalhos que abarquem as necessidades da comunidade surda, no âmbito da atenção psicológica, bem como relativas aos desafios para a atuação do Psicólogo. Portanto, pretendeu-se com a presente pesquisa contribuir para a produção de conhecimento acerca do tema e fomentar discussões sobre o atendimento psicológico para surdos.

Tais discussões precisam, de início, se embasar numa perspectiva de respeito à diversidade e não no discurso de reabilitação, evitando reproduzir o modelo médico e curativista. Destaca-se a necessidade do engajamento da comunidade surda em conjunto com os Conselhos de Psicologia para a elaboração de políticas de assistência e acesso aos serviços de atenção psicológica que contemplem o direito à acessibilidade linguística. Com relação à mediação do Intérprete de LSB é interessante que os Conselhos de Psicologia discutam a possibilidade de contribuir para capacitação desse Profissional para a atuação na área e em conjunto construam protocolos de atendimento onde o Intérprete de LSB também se comprometa a preservar o sigilo e garanta a confiabilidade no processo de atenção psicológica.

Em última instância, esta questão impõe a necessidade de uma discussão profunda acerca do modelo hegemônico da clínica psicológica, a saber, a díade terapeuta-paciente, considerando novas possibilidades e configurações diante de demandas diversas da sociedade. Ainda, visto que os modos de subjetivação são diversos, além de serem tema central à psicologia e ao trabalho do psicólogo, nos parece que conhecer as especificidades dos modos de subjetivação da pessoa surda abriria possibilidades mais férteis para debater de forma consistente a questão da atenção psicológica para o sujeito surdo.

Portanto, considerando a demanda existente, os desafios e possibilidades da atenção psicológica à pessoa surda, verifica-se a possibilidade de desenvolver modelos alternativos de atendimento, confrontando os modelos que estigmatizam, prescrevem e tendem a ignorar a singularidade

e identidade surda, bem como a sua cultura. O estudo se propôs ainda a garantir a acessibilidade aos resultados e à pesquisa como um todo, com a tradução em LSB da versão em Português, incentivando futuras pesquisas voltadas à inclusão e difusão da LSB como meio oficial de expressão da comunidade surda do Brasil.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Brasília. DF. 2010.
2. Saussure F. Curso de lingüística geral. São Paulo: Cultrix; 1987. P. 279
3. Goldfeld M. A criança surda. São Paulo: Pexus; 1997. P. 172
4. Brasil. Decreto Federal nº5626 de 22 de Dezembro de 2005. Diário Oficial da União. Brasília. DF. 2005
5. Brasil. Lei 13.146, de 6 de Julho de 2015. Dispõe sobre a seguridade e a promoção, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à inclusão social e cidadania. Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília. DF. 2015
6. Minayo MCS. Construção dos Instrumentos e Exploração de Campo. O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde. São Paulo: Hucitec; 2007. P. 189-199
7. Willig C. Introducing Qualitative Research In Psychology. 2ª ed. New York: Copyright; 2008. P. 221
8. Bardin L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70; 2011. P. 281
9. Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. A Inclusão das Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho. Biblioteca - Seção de Processos Técnicos. Brasília. DF. 2008
10. Sacks O. Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos [Motta LT, trad]. São Paulo: Companhia de bolso; 2010. P. 216
11. Dantas MA. Sofrimento psíquico: modalidades

contemporâneas de representação e expressão.
Curitiba: Juruá; 2009. P. 288

12. Hall S. The work of representation. Cultural representation and cultural signifying practices. London: SAGE Publications Ltda; 1997. P. 440

13. Oliveira MK. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione; 1997. P. 111

14. Gesser A. LIBRAS Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial; 2009. P. 88

15. Witches PH, Lopes MC. Surdez como matriz de experiência. Revista espaço. 2015;43:32-48. doi: 10.20395/re.v0i43.4